

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.259 - RN (2019/0093582-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : JÉSSICA PRISCILA NASCIMENTO VILELA
ADVOGADOS : SÉRGIO SIMONETTI GALVÃO - RN006323
GUSTAVO SIMONETTI GALVÃO E OUTRO(S) - RN006313
AGRAVADO : CLUB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA
ADVOGADOS : RIKLEITON ANDRADE DE CARVALHO - RN013113
JORGE IBSEN LIRA DA NÓBREGA - RN012169
THIAGO MAHFUZ VEZZI E OUTRO(S) - RN001026

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JESSICA PRISCILA NASCIMENTO VILELA contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a e "c", da Constituição Federal, ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte assim ementado:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE FIXAÇÃO EM FAVOR DO APELANTE. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 86 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VERBA HONORÁRIA QUE DEVE SER ARBITRADA PARA CADA PEDIDO. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO EQUITATIVA. ART. 85, § 8º, DO CPC. CUSTAS PROCESSUAIS. DIVISÃO IGUALITÁRIA ENTRE AS PARTES ANTE A SUCUMBÊNCIA EM METADE DOS PEDIDOS. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- 1. Ausente a condenação em honorários advocatícios na sentença, é possível a fixação da verba sucumbencial, com base no art. 85 e seguintes do Código de Processo Civil, que diante da sucumbência recíproca, deve observar cada pedido.*
- 2. Considerando o proveito econômico irrisório do pedido que obteve sucesso, admite-se a fixação de honorários advocatícios por equidade, consoante permissivo do art. 85, § Civil.*
- 3. Em relação às custas, diante da sucumbência em metade dos pedidos, cabível a divisão igualitária entre as partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um dos litigantes.*
- 4. Precedentes do STJ (EDcl na Pet 6.642/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, j. 19/5/2015; Agint no Aresp nº 981.227/RJ e do TJRN (AC nº 2016.014758-9, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 15/12/2016).*
- 5. Apelação conhecida e parcialmente provida" (fl. 58/59 e-STJ).*

No especial (fls. 72/80 e-STJ), a recorrente alega violação do artigo 85, § 2º, I, II, III, e IV, e § 8º, do Código de Processo Civil/2015. Sustenta, em síntese, que os honorários fixados em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) são irrisórios, devendo, pois, serem majorados para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Superior Tribunal de Justiça

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

No que diz respeito à fixação da verba honorária, o tribunal de origem, ao dar parcial provimento ao recurso, assim se manifestou:

"(...) Na espécie, constam da inicial os pedidos de condenação ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e de declaração de inexistência de dívida da parte autora para com a parte ré/recorrida (fls. 07/08).

A sentença acolheu tão somente o segundo pedido, desconstituindo a dívida de R\$ 376.66 (trezentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) existente em nome do autor (fl. 23-v), rejeitando a indenização por danos morais, com base na Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça.

(...) a correta fixação dos honorários advocatícios observaria, a título exemplificativo e em percentuais mínimos, a sucumbência quanto aos danos morais - o que poderia ser definido em 10% do valor do pedido formulado a ser suportado pelo recorrente, representando a importância de R\$ 3000,00 (três mil reais) - e a procedência quanto à inexistência de dívida - a ser fixado em 10% (dez por cento) do proveito econômico obtido, resultando no montante de R\$ 37,67 (trinta e sete reais e sessenta e sete centavos).

Considerando que o proveito econômico obtido é irrisório, deve-se proceder à fixação da verba honorária sucumbencial de forma equitativa, na forma do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil.

(...)

Dessa forma não se tratando de demanda complexa, embora tenha se prolongado até a solução definitiva, devem ser fixados os honorários sucumbenciais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), em atenção ao trabalho desempenhado pelo profissional ao obter o êxito na pretensão relativa à desconstituição da dívida" (fl. 62/66 e-STJ).

De fato, a Segunda Seção desta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial nº 1.746.072-PR, decidiu que o seu § 2º constitui a regra geral no sentido de que os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou do valor atualizado da causa.

Destacou, ainda, que o § 8º do art. 85 do CPC/2015 é norma de caráter excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que o proveito econômico for

Superior Tribunal de Justiça

inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, permitindo, assim, que a verba honorária seja arbitrada por equidade.

Na ocasião, o Ministro Raul Araújo, relator para o acórdão, apresentou as seguintes conclusões:

“(…) a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado”.

(…) a equidade prevista pelo parágrafo 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa” (grifou-se).

Eis a ementa do mencionado julgado:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por

Superior Tribunal de Justiça

cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).

Com efeito, proferida a sentença na vigência do CPC/2015 (fls. 22/26, e-STJ), a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve realizar-se de acordo com as normas do novel diploma processual. Desse modo, considerando que o proveito econômico obtido pela recorrente é irrisório, correto o Tribunal de origem ao aplicar a regra excepcional constante do art. 85, § 8º do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse contexto, a consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência dominante desta Corte atrai a incidência da Súmula nº 568/STJ

Além disso, quanto aos honorários advocatícios, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, haja vista tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto.

Excetuada as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie, a majoração ou redução dos honorários advocatícios, igualmente, atrai a incidência da Súmula nº 7/STJ.

Em igual sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC/1973. APRECIÇÃO EQUITATIVA. VALOR FIXO. ALTERAÇÃO. REVISÃO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Na verba de patrocínio arbitrada com base na equidade (art. 20, § 4º, do CPC/1973), o magistrado não está adstrito aos limites de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) inscritos no parágrafo 3º do art. 20 do CPC/1973, podendo, inclusive, utilizar como base de cálculo o valor da causa ou até mesmo estabelecer valor fixo, o que foi feito na hipótese.

2. É certo que a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de ser possível a revisão do valor estabelecido para os honorários advocatícios somente quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, circunstância não observada no caso em tela.

3. O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo

Superior Tribunal de Justiça

constitucional.

4. *Agravo interno não provido*"(AgInt no AREsp 937.111/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016).

Registre-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anestesista. Recurso com fundamento nas alíneas 'a' e 'c' do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.

- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea 'a', quanto pela 'c' do permissivo constitucional.

- Recurso especial não conhecido." (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Deixa-se de majorar os honorários recursais, tendo em vista a parte recorrente não restou condenada na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator